

Adiada, de novo, a lei dos puxadinhos

Moradores e comerciantes partem para lobbies contrários na Câmara

DA REDAÇÃO

Depois de uma tarde de discussões, os deputados adiaram para a próxima terça-feira votação do Projeto de Lei Complementar 50/2007, que regulariza os chamados *puxadinhos* nas áreas comerciais da Asa Sul. Ontem, moradores e comerciantes fizeram lobby na Casa, discutiram o projeto com deputados, mas não houve consenso.

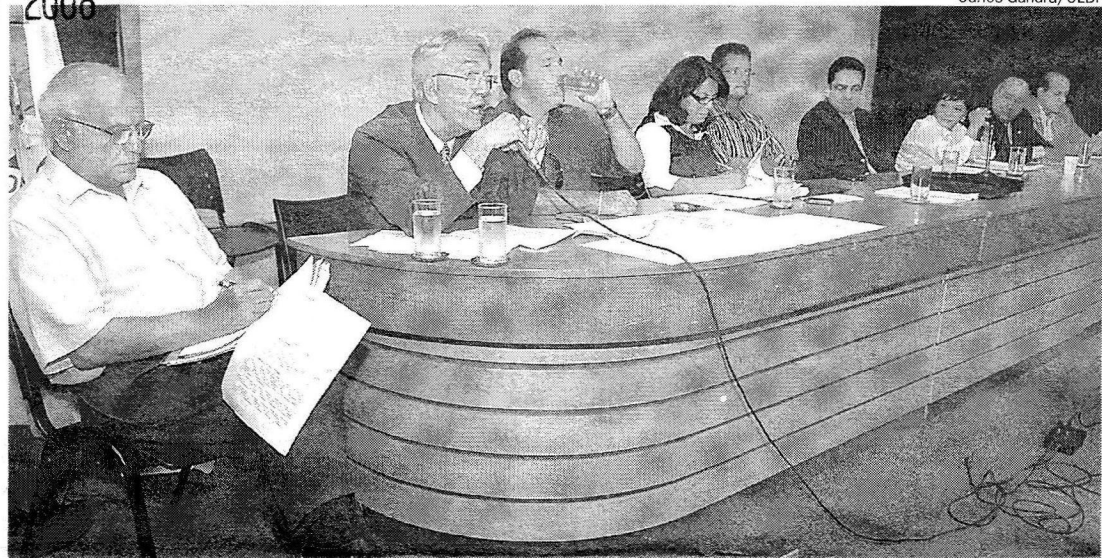
O ponto polêmico é o limite de avanço das lojas, previsto em uma das emendas. Os empresários querem limite de seis metros, mas os parlamentares resolveram seguir a orientação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan), que propôs limite de cinco metros.

O líder do governo, deputado Leonardo Prudente (DEM) expli-

cou que o adiamento foi uma resposta do sentimento do deputado as lideranças que discutiram o projeto na Casa.

—Os moradores querem que seja mantido o projeto original, ou seja, sem nenhum *puxadinho*. Outro grupo mantém a vontade de que o limite do *puxadinho* volte para cinco metros e há mais um, que deseja que a extensão seja de seis metros. O projeto é uma bola dividida. Então, pedimos que os deputados façam uma reflexão nesse final de semana porque, qualquer que seja a decisão tomada pela Câmara, temos a certeza que vamos desagradar ou os moradores ou os empresários — explicou o deputado.

A bancada petista se reunirá mais uma vez antes de votar o projeto. Segundo o líder do partido, de-



OCUPAÇÕES EM DEBATE – Votação do projeto sobre puxadinhos ficará para a semana que vem

putado Cabo Patrício, os integrantes ficarão livres para votarem como quiserem.

— O projeto é polêmico e cada um vai votar de acordo com sua consciência. Mas vamos nos reunir mais uma vez para formular uma opinião a partir dessa discussão — afirmou o petista.

Maria da Paz, zeladora do Libanus, na 206 sul, saiu desapontada da Câmara. Para ela, os cinco metros propostos pelo Iphan já atende

as necessidades dos comerciantes.

— Nós queríamos os seis metros, se não é possível, que se vote logo o projeto que prevê a limite de cinco metros — avalia a zeladora.

O pedetista José Antônio Reguffê foi o único deputado que adiantou como vai votar na terça-feira. Na sua opinião, o projeto não atende a nenhuma liderança que discutiu matéria.

— O projeto não vai melhorar a vida dos moradores do Plano Pi-

loto, que vão continuar prejudicados, e não vai contemplar os empresários dos bares. Por estas razões, sou contrário ao projeto — adiantou.

Além dos cinco metros, as emendas propõem a construção de uma calçada, de 1,5 m, que demarcaria o limite da demarcação do local e ainda prevê que música ao vivo e instalação de telão e caixas de som só sejam permitidos nos ambientes internos dos bares. (C.F.)